



Agrupamento de Escolas
Dr. Júlio Martins

PROJETO EDUCATIVO

“Na diversidade, o sucesso de todos e para todos”



Quadriénio 2013/2017

Índice

Introdução	3
1- Caraterização Sumária do Agrupamento	5
1.1 – O 1º Ciclo e a Educação Pré-escolar	6
1.2 - A Escola EB 2,3 Nadir Afonso	7
1.3 - A Escola Secundária Dr. Júlio Martins	9
1.4 - O Meio	10
1.5. População Escolar do Agrupamento em 2013/2014	13
1.5.1 - Área de Residência dos Alunos	13
1.5.2 – Áreas e Modalidades de Qualificação	13
1.5.3 - Alunos	14
1.5.4. Recursos Humanos	15
2- Missão	16
2.1. A Escola que Somos - Problemas e Constrangimentos	16
2.2. Valores	17
2.3 – Áreas de Intervenção Prioritária	17
2.3.1 – Promoção do Sucesso Educativo	17
2.3.2 – Valorização das Diferentes Vias de Ensino	19
2.3.3 - Prevenção do Abandono Escolar	19
2.3.4 - Participação, Cultura e Imagem da Escola	20
2.3.5 - Valorização da Saúde	21
2.3.6 - Promoção do Desporto Escolar	21
2.3.7 - Estimulação da Utilização dos Recursos Informáticos	21
2.3.8 – Organização Escolar	22
2.3.8.1- Critérios na distribuição do serviço de docentes	22
2.3.8.2- Critérios na constituição de turmas	22
3 – Objetivos Estratégicos, Metas e Indicadores	23
3.1 - Melhorar o Sucesso Escolar dos Alunos	23
3.2 - Promover um Ambiente Educativo de Qualidade	24
3.3 - Melhorar as Condições de Trabalho e Serviços nos Espaços Escolares	25
3.4 - Promover uma Cultura de Cooperação e Trabalho de Equipa	26
3.5 - Implementar uma Política de Formação do Pessoal Docente e Não Docente	27
3.6 - Desenvolver uma Política de Cooperação com os Parceiros e Estabelecer Parcerias	28
4- Avaliação	29

Introdução

A educação tem uma ambição humanista: formar uma pessoa para que se torne capaz de se situar no mundo e de situar a atual humanidade na história e no universo, que respeite o legado transmitido pelos antigos, que integre os novos elementos e que participe ativamente no movimento para o futuro.

Marcel Postic

Aceita-se de forma generalizada, o conceito de Projeto Educativo (PE) como resultado de um processo dinâmico que integra a história das instituições educativas e partilha de ideias sobre o seu desenvolvimento futuro. Além disso, e de um modo mais concreto, o PEE apresenta perspectivas de opções pedagógicas que se podem traduzir em prioridades de ação e estratégia de atuação que valorizem os recursos existentes.

É igualmente importante assumir o PE como instrumento capaz de favorecer a interação da Escola com o meio: pais, instituições, empresas...

Desta forma, o PE torna-se essencial na questão estratégica: apoia-se em dados concretos, procura sinergias de vontades, foca-se na aprendizagem, sustenta a ideia de Comunidade Educativa. A verdadeira centralidade está na abrangência deste entendimento: a Escola como Comunidade Educativa que assume o passado e vive o presente com responsabilidade, construindo um futuro sustentável.

Dito resumidamente, o PE é um documento com sentido estratégico que pretende orientar-nos da diversidade no pensamento à unidade na ação.

Assim o PE do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins constitui-se como documento estratégico da organização escolar, tendo em conta a realidade que vivemos e, por isso, flexível, aberto e democrático para que as decisões e ações a implementar e a desenvolver ocorram num ambiente propício à superação de dificuldades e à congregação de vontades na promoção e aposta na qualidade da ação educativa. Terá como principal suporte do seu desenvolvimento o Plano Anual de Atividades do Agrupamento, como meio de proceder à identificação dos recursos necessários e permitir de uma forma mais contextualizada, o desenvolvimento das atividades, a sua divulgação e avaliação, enquadradas num conjunto de processos que visa melhorar os comportamentos, combater o insucesso escolar, reduzir a taxa de absentismo e abandono escolar dos alunos, enriquecer o processo do ensino/aprendizagem com conteúdos lúdicos e motivadores, melhorar a relação escola/família e promover uma maior articulação dos vários ciclos e níveis de ensino.

O Agrupamento é muito heterogéneo, não só pela diversidade de instalações, dispersão geográfica e fundamentalmente pela multiplicidade humana e contextos sociais diversificados, pelo que as dificuldades em gerir a diversidade existente são acrescidas. Para

o êxito desta missão, a gestão escolar reveste-se de importância decisiva e a autonomia apresenta-se como realidade emergente. Queremos transformar a diversidade em fator de sucesso.

Responder a estes desafios implica desenvolver uma cultura escolar de responsabilidade, trabalho, exigência e rigores material e comportamental; viver a escola como espaço e tempo ideais para o exercício da cidadania e da aprendizagem de valores.

Este documento não é ponto de chegada, mas ponto de partida, aberto a intervenções de todos e qualquer um dos elementos da comunidade educativa.

A Escola é a instituição social por excelência, onde todos convergem e se encontram, mas numa escola que se pretende “*de todos e para todos*” importa defender e garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no caminho do sucesso educativo, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários.

1- Caracterização Sumária do Agrupamento



No decurso do ano 2012, o Ministério da Educação abriu caminho à agregação de escolas e agrupamentos, com orientações maximalistas e autonomia dos estabelecimentos muito limitada.

A Escola Secundária Dr. Júlio Martins e o Agrupamento de Escolas Nadir Afonso agregaram-se numa única instituição: Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins que, como tal, inicia atividades no ano letivo 2012/2013, a 4 de julho de 2013.

A dimensão atual e a dispersão do Agrupamento é sem dúvida uma dificuldade, mas em simultâneo, um desafio que pretendemos superar, favorecendo a realização de um percurso escolar sequencial e articulado; evitando situações de isolamento e prevenindo a exclusão social; reforçando a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos; refletindo, valorizando e enquadrando experiências desenvolvidas pelos diversos estabelecimentos que integram o Agrupamento, fazendo valer os créditos da sua tradição de escolas inclusivas.

Cada estabelecimento tem a sua história. Há que superar o eventual desequilíbrio momentâneo de uma situação nova, construindo espaços de diálogo e procurando gerar algum entusiasmo. A situação não é melhor nem pior que antes: é diferente.

Está lançado o desafio de passar do mero cumprimento da Lei à construção empenhada e responsável de um todo coerente, crítico e interventivo do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins.

Desafio, ainda, para a criação de uma cultura de participação e inovação, baseado num clima de confiança, entusiasmo e compromisso necessários a uma abordagem cooperativa e interativa.

Parafraseando o filósofo Kant *“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”*.

1.1 – O 1º Ciclo e a Educação Pré-escolar

No presente, à exceção de Faiões, estes dois níveis de ensino funcionam simultaneamente no mesmo edifício, com uma notável diversidade, quer a nível de construção quer de frequência. Todas funcionam em regime normal e garantem serviço de refeição e atividades de enriquecimento curricular. A tipologia dos edifícios é diversificada desde o velho *Plano Centenário*, ao plano P3, à construção indiferenciada e ao moderno centro escolar. Encontram-se nas seguintes localidades:

Águas Frias: Funciona com duas turmas do 1º ciclo. A construção da estrutura escolar foi apadrinhada pelo benemérito Alfredo Morais Soares, um abastado emigrante no Rio de Janeiro, que após a morte da esposa D. Teresa Soares, doou o terreno e algum dinheiro para a construção de um edifício de sala de aula e de uma cantina escolar, como forma de homenagear a sua memória. A estrutura consta de dois edifícios independentes, onde funcionam respetivamente, uma sala de aula e o refeitório. A segunda sala de aula está instalada num cómodo e climatizado prefabricado. Existe um recreio amplo e em terra batida.

Bustelo: Funciona com duas turmas do 1º ciclo e uma do pré-escolar. Tem um edifício tipo Plano Centenário que apresenta um bom estado de conservação. Possui três salas de aula, dois átrios de entradas independentes, dois cobertos, sendo um deles transformado em refeitório e três casas de banho devidamente equipadas. Existe um recreio amplo com campo de jogos.

Cimo de Vila: Funciona com duas turmas do 1º ciclo e uma do pré-escolar. O edifício é do tipo Plano Centenário com três salas de aula. O refeitório funciona defronte à escola, no edifício da junta de freguesia. Existe um recreio amplo em terra.

Faiões: Funciona apenas com um grupo do pré-escolar. O edifício foi mandado edificar, ainda no estado novo, pelo Professor Dr. António Luís Morais Sarmiento grande benemérito da aldeia. Trata-se de uma réplica da Universidade de Coimbra de construção granítica. Tem vários espaços de utilização para aulas e um grande recreio com piso em cimento.

Mairos: Funciona com duas turmas do 1º ciclo e uma do pré-escolar. É um edifício com quatro salas, sendo três de aula, e uma adaptada a refeitório. O recreio é generoso, descoberto e em terra.

Santo Estêvão: Funciona com duas turmas do 1º ciclo e uma do pré-escolar. É constituído por dois edifícios adjacentes, ambos tipo Plano Centenário. O edifício maior, onde funciona o 1º CEB é constituído por quatro salas de aula e um recreio aberto. No edifício destinado inicialmente a cantina, funciona a educação pré-escolar.

Vila Verde da Raia: Funciona com duas turmas do 1º ciclo e uma do pré-escolar. É um edifício tipo P3 com quatro salas, cozinha e um pavilhão polivalente. O recreio é generoso, descoberto e em terra, com parque infantil. No espaço adjacente existe um polivalente desportivo.

Santa Cruz/Trindade: A escola básica de Santa Cruz/Trindade fica situada, na Rua Joaquim

Mazarém nº25, na Freguesia de Santa Cruz/Trindade. Está inserida numa zona periférica do cento urbano. Funciona com vinte turmas do 1º Ciclo e cinco grupos do Pré-escolar. É um edifício de construção moderna, tendo sido inaugurado, no dia 5 de Outubro de 2010.

O piso 0 tem dez salas de aula do 1º ciclo e cinco de jardim-de-infância, com W.C., sala de apoio educativo, sala de informática, biblioteca, polivalente, cozinha com refeitório e um amplo átrio com bufete e reprografia. A zona de serviços tem a sala de assistentes operacionais, sala de professores, sala de atendimento aos encarregados de educação, gabinete de psicologia/ primeiros socorros, gabinete da coordenação e W.C.. O piso 1 possui dez salas de aula do 1º Ciclo, com W.C., sala de apoio educativo e sala de expressões. No piso -1 funcionam os balneários e o W.C. O recreio possui campos de basquetebol e campo de futebol, parque infantil, horta escolar e uma vasta área pavimentada rodeada de canteiros ajardinados.

1.2 - A Escola EB 2,3 Nadir Afonso

As suas atas apenas se começaram a lavrar, de forma autónoma, a partir de 04/10/74, com a Reunião do Conselho de Professores do "Ciclo Preparatório" da Escola Marechal Carmona, que se realizou pelas dezasseis horas do referido dia, na sala nº 8 da antiga "Escola Industrial e Comercial", hoje "Escola Secundária Dr. Júlio Martins" (que integra e dá nome ao atual Agrupamento). No entanto, o processo de estruturação do ensino que abrangeria o 1º e 2º anos do Liceu, iniciou-se em 1968, com a Formação das Secções Masculinas e Femininas, a funcionarem respetivamente na "Escola Industrial e Comercial" e, no antigo "Liceu Nacional de Chaves", sendo as atas que constatarem este facto apenas aos livros de Atas das Reuniões dessas Escolas. Esta informação é confirmada pelo testemunho oral de colegas que se encontravam, na época, na referida "secção" no exercício das suas funções docentes.

Estas reestruturações que abrangeram o início da Escola enquadram-se, portanto, na organização do sistema do Ensino Básico, criado oficialmente em 1972, pelo engenheiro Veiga Simão, na altura, Ministro da Educação.

Em 1975/76 a Escola passa para o Forte de S. Francisco, já com turmas mistas, funcionando algumas aulas também nos chamados "Pavilhões Pré-fabricados", instalados na Escola Secundária Dr. Júlio Martins.

Em 1981/82, procedeu-se à transição da Escola para o local onde hoje se encontra, Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes. As novas instalações enquadravam-se no modelo arquitetónico adotado na época e que pretendia suprir com alguma rapidez as carências de escolas que a progressiva massificação do ensino fazia surgir. A urgência ditava a produção em série de pré-fabricados, supostamente provisórios - alguns dos quais permanecem até hoje - e a uniformidade do sistema arquitetónico, blocos de edifícios inalteráveis "prontos a servir" em qualquer ponto geográfico ou condição atmosférica. Assim nasceu a Escola Preparatória nº1 de Chaves; entretanto, foi deslocada uma "secção" com trezentos alunos para o antigo colégio "Nossa Senhora da Saúde", em Casas dos Montes, que daria origem à Escola Preparatória nº 2 e, posteriormente, à Escola E.B. 2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro".

O otimismo e a satisfação que naturalmente marcaram a mudança de professores, assistentes e alunos, que tinham sofrido o desconforto das instalações degradadas dos "Pré-fabricados" e Forte de S. Francisco, foram perturbados por um período marcado por impedimentos de ordem física, pois

ainda havia obras a decorrer na nova Escola, faltando a cantina e as instalações para a prática de educação física.

Em Reunião, no dia 05/11/81, na sala de Convívio do Forte de S. Francisco, decidiu-se que o início das atividades letivas na nova Escola se poderia realizar no dia 09/11/81, visto que a Direção Geral de Construção Escolar garantia que no prazo de 15 dias se poderia contratar pessoal para a cozinha e que as instalações destinadas à prática de educação física se encontravam em fase de acabamento. Mas dado não estarem garantidas todas as condições para o bom funcionamento das atividades escolares e administrativas, não foi assinado pelo Conselho Diretivo da Escola o Auto de Receção e, por isso, não houve inauguração do novo estabelecimento de ensino.

A Escola funcionou então com 44 turmas, ou seja 1200 alunos, mais 300 alunos inseridos na "secção" do Colégio.

A década de 80 foi marcada na Escola pela intensa atividade da profissionalização em serviço/exercício, que envolvia profissionalizados de todos os grupos/disciplinas e conseguiu imprimir uma dinâmica de envolvimento nas atividades pedagógicas e de formação, integrando a grande maioria dos professores e movimentando toda a Escola com manifestações culturais criativas e originais.

No ano letivo 1987/88, funcionou pela primeira vez uma turma do 7º ano de escolaridade que prosseguiu até ao 9º ano, embora a Escola só tenha passado a ser oficialmente de 2º e 3º ciclos em 1992/93, recebendo a denominação de “Nadir Afonso”. A escolha de Nadir Afonso para patrono não foi uma escolha aleatória: procurou-se ir ao encontro de um tipo de escola que já na altura se desenhava com total clareza. A condição de flaviense nascido em 4 de Dezembro de 1920, homem plurifacetado: arquiteto, pintor e pensador português, diplomado em arquitetura, que trabalhou com nomes famosos como Le Corbusier e Óscar Niemeyer, o “maior expoente vivo da cultura” de Chaves, incontornável no país, cuja obra é “reconhecida a nível nacional e internacional” é um símbolo e um exemplo que queremos preservar. Tal realidade, remete-nos de imediato para a necessidade de valorizarmos as componentes locais portadoras de cultura e de as promovermos numa proporção equivalente ao seu real valor. O “nosso” Nadir pintor, Nadir esteta, Nadir géometra, será sempre um referencial fortíssimo, com força capaz de impedir a atrofia das nossas potencialidades criadoras, que recordará aos professores a necessidade de utilização do processo mental criador como meio pedagógico para aumentar e aprofundar a capacidade de compreensão e realização dos alunos.

Foi no ano letivo 2003/04 que o Despacho 13313/03 de 13 de Junho de 2003, decreta a obrigatoriedade de constituição de Agrupamentos escolares, privilegiando os Agrupamentos Verticais; assim a 11 de Julho de 2003 a Diretora Regional Adjunta decreta a homologação da Comissão Provisória do Agrupamento Vertical de Escolas Nadir Afonso.

Uma etapa decisiva na vida e organização escolar deste Agrupamento era iniciada com a eleição da primeira Assembleia de Escola do Agrupamento e tomada de posse da mesma. Com este ato estavam reunidas as condições para a preparação da eleição do Conselho Executivo. Pela primeira vez, o Agrupamento exercia o democrático direito de voto, participando nas eleições para a Assembleia de Escola e posteriormente para o Conselho

Executivo, o qual inaugurava uma composição heterogénea, de acordo com os normativos legais em vigor, integrando elementos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. O passo seguinte ditava a eleição dos órgãos das estruturas intermédias, o que viria a resultar numa nova e diferente composição do Conselho Pedagógico. Estavam, assim, reunidos os requisitos e condições para a constituição e construção efetiva do Agrupamento Vertical de Escolas Nadir Afonso.

1.3 - A Escola Secundária Dr. Júlio Martins

As origens mais remotas da Escola Secundária Dr. Júlio Martins fazem-nos recuar a 1889. Nesse ano, a 14 de Março, é criada em Chaves uma escola de Desenho Industrial, sendo, seguidamente, transformada em Escola Industrial, decretando-se que “o ensino teórico professado na escola será completado com o ensino manual, para o qual se estabelecerão junto da escola as necessárias oficinas”.

Esta escola, tal como muitas outras fundadas na época, teve uma vida efémera, tendo sido extinta aquando da reorganização do ensino industrial e comercial de 1891.

No dia 2 de Maio de 1919, trinta anos passados sobre a primeira fundação, é publicado, no Diário do Governo, o Decreto nº 5490, do Ministério do Comércio, Direção Geral do Ensino Industrial e Comercial, que cria em Chaves uma Escola Industrial e uma Aula Comercial. O Decreto é assinado pelo Presidente da República, Canto e Castro, o Presidente do Ministério, Domingos Leite Pereira, e respetivos ministros, dos quais se destacam: o Ministro da Justiça, Dr. António Granjo; o Ministro da Instrução, Dr. Leonardo Coimbra; o Ministro das Colónias, Dr. João Lopes Soares e, naturalmente, o Ministro do Comércio, Dr. Júlio do Patrocínio Martins.

A Escola Industrial e a Aula Comercial iniciaram a sua atividade, no ano letivo 1919-1920, nas instalações situadas, respetivamente, junto ao Senhor do Calvário e na Rua Direita, funcionando a Secretaria da Escola, no Liceu Nacional de Chaves. Logo, na primeira reunião do Conselho Escolar, em 27 de Junho de 1919, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de atribuir à Escola o nome de Júlio Martins, médico e político, referência na época. Júlio Martins nasceu em 1878, na freguesia de Casa Branca, concelho de Sousel. Foi um homem influente e notável na propaganda de ideias republicanas, tendo contribuído para a proclamação do regime republicano na sua região natal. Porém, em consequência da instauração da ditadura de Sidónio Pais, em 1917, foi obrigado a refugiar-se em Chaves. Durante o “seu exílio” nesta região transmontana, revelou-se um médico extremamente humanista, exercendo a medicina como um autêntico *João Semana*. A população mais humilde, passados muitos anos, ainda o recordava com venerado respeito e admiração pela sua dedicação em prol das vítimas de uma epidemia de tifo.

Os cursos iniciais foram os de Serralharia Mecânica e de Carpintaria Civil. O Curso de Trabalhos Femininos começou em 1922. O Curso Comercial foi integrado em 1924 e, conseqüentemente, a ata do Conselho Escolar de 17 de Outubro de 1924, refere-se, pela primeira vez, à Escola Industrial e Comercial de Júlio Martins.

A grande reforma do Ensino Técnico de 1948 estabelece, na então designada Escola Industrial e Comercial de Chaves, os seguintes cursos: 1. - Ciclo Preparatório; 2. - Cursos Complementares de Aprendizagem: Comércio; 3. - Cursos de Formação: Serralheiro;

Carpinteiro-Marceneiro; Costura e Bordados. Em 1957, é acrescentado o Curso Complementar de Aprendizagem de Eletricista.

A partir de 1961, já no atual edifício, a escola foi incluindo outros cursos, nunca deixando de crescer e de servir a população escolar.

Com o 25 de Abril de 1974, o sistema de ensino é alvo de profundas alterações, com destaque para os princípios de democraticidade e a conseqüente igualdade de oportunidades de acesso e sucesso a todos os cidadãos, consagrada na Lei de Bases do Sistema Educativo.

A Escola adaptou-se a essa nova realidade e foi considerada uma das que melhor interpretou estes princípios, tornando-se a preferida pela comunidade envolvente.

No período subsequente, houve alterações significativas, com destaque para a adaptação das estruturas físicas e de processos de ensino/aprendizagem, às novas exigências provocadas pelos processos de unificação do 3º ciclo e do alargamento da escolaridade obrigatória.

Em 1978, o nome do Dr. Júlio Martins como patrono da escola é consensualmente confirmado, sendo gravado numa das fachadas da sua estrutura física.

As reformas vão-se sucedendo não só no caráter dos cursos e respetivas opções, como também no espaço físico da escola, com destaque para a mais recente e profunda reestruturação efetuada pela Parque Escolar, de 2008 a 2012.

1.4 - O Meio

O Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins com sede na Escola Secundária Dr. Júlio Martins, localiza-se, na cidade de Chaves, sede de concelho com o mesmo nome.

O Agrupamento serve, fundamentalmente, o concelho de Chaves embora receba alunos oriundos de outros concelhos limítrofes do Alto Tâmega, com destaque, para os de Boticas, Valpaços e Montalegre.

O concelho de Chaves ocupa uma área de 591,28 km², com cerca de 150 localidades que se distribuem por 39 freguesias: Águas Frias, Anelhe, Bustelo, Cimo de Vila de Castanheira, Curalha, Ervededo, Faiões, Lamadarcos, Mairos, Moreiras, Nogueira da Montanha, Oura, Outeiro Seco, Planalto de Monforte (União das freguesias de Oucidres e Bobadela), Paradela, Redondelo, Sanfins, Santa Leocádia, Santa Maria Maior, Santo António de Monforte, Santo Estêvão, São Pedro de Agostém, São Vicente, Tronco, União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia, União das freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, União das freguesias da Madalena e Samaiões, União das freguesias de Santa Cruz / Trindade e Sanjurge, União das freguesias de Soutelo e Seara Velha, União das freguesias de Travancas e Roriz, Valdanta, Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos), Vila Verde da Raia, Vilar de Nantes, Vilarelho da Raia, Vilas Boas, Vilela do Tâmega e Vilela Seca.

Com uma população de 41 281 habitantes (censos de 2011), apresenta uma densidade populacional de 69,8 habitantes por Km², bastante inferior à média nacional que se situa nos

114,5 habitantes por Km², mesmo assim, a mais elevada de Trás-os-Montes. É limitado a sul pelo concelho de Vila Pouca de Aguiar, a este pelos concelhos de Valpaços e Vinhais, a sudoeste pelo de Valpaços, a oeste pelos concelhos de Montalegre e Boticas e a norte pela província da Galiza (Espanha).

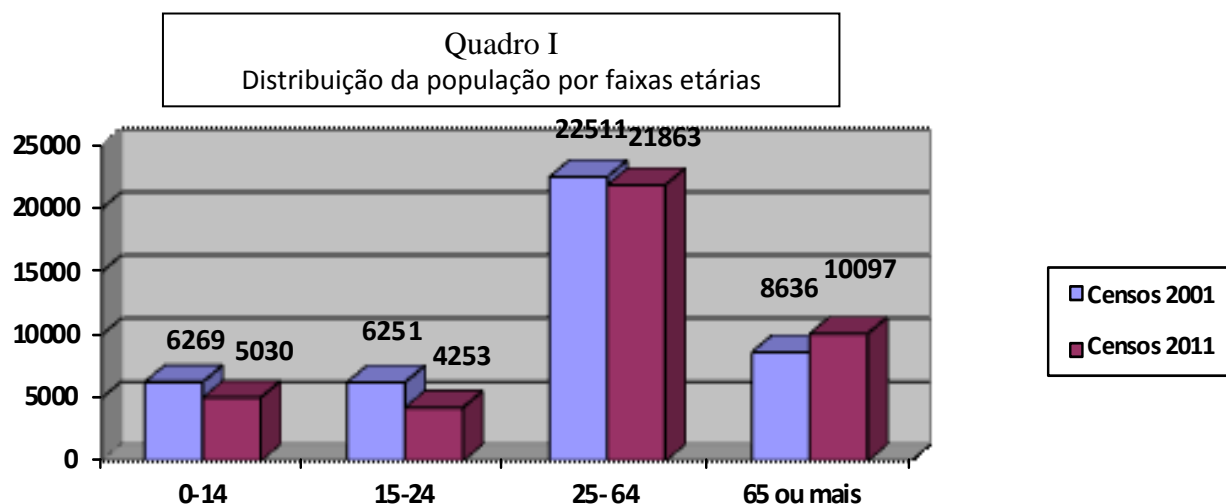
A situação geográfica de Chaves permite que o nosso espaço territorial assumira uma posição estratégica, no contexto do Noroeste Peninsular: confluência de importantes vias rodoviárias internacionais. Chaves procura cumprir a sua história como um pólo de difusão de fluxos económicos e culturais. Em coerência com tal contexto, Chaves deu já um passo em frente com a criação da Eurocidade Chaves/Verin (Espanha).

Recuando no tempo, Chaves foi elevada à categoria de cidade a 18 de Março de 1929.

Aquae Flaviae foi o nome com o qual o Imperador Romano Flávio Vespasiano batizou este burgo, famoso pelas suas águas termais. O seu povoamento remonta à Pré-História. Chaves foi sucessivamente ocupada pelos Romanos, Bárbaros e Mouros. Destacam-se, do seu valioso Património Histórico – Arquitetónico: a Ponte Romana datada do início do século II, ex-libris da cidade, também referida como Ponte de Trajano, localizada sobre o rio Tâmega, o Castelo Medieval e a sua Torre de Menagem, o castelo de Monforte do Rio Livre em Águas Frias e as suas belíssimas igrejas como a Matriz, a Misericórdia, São João de Deus, Igreja da Senhora da Azinheira, entre outras. Mais recentemente, a descoberta do Balneário Termal Romano, catapultou Chaves a candidata a Património da Humanidade.

Atualmente, Chaves sofre, como todos os concelhos do interior, os efeitos do despovoamento.

Na última década 2001/2011, a população apresentou uma variação negativa de 5,55%, fator muito preocupante, porque, no grupo etário com idade inferior a 15 anos foi de 19,76%, agravando-se, para um valor de 31,96% na faixa etária que abrange a população entre os 15 e os 24 anos. Contrariamente, no grupo etário com idade igual ou superior a 65 anos, a variação é positiva situando-se em 16,92%. No quadro I pode ver-se a distribuição da população por faixas etárias nos dois últimos censos.



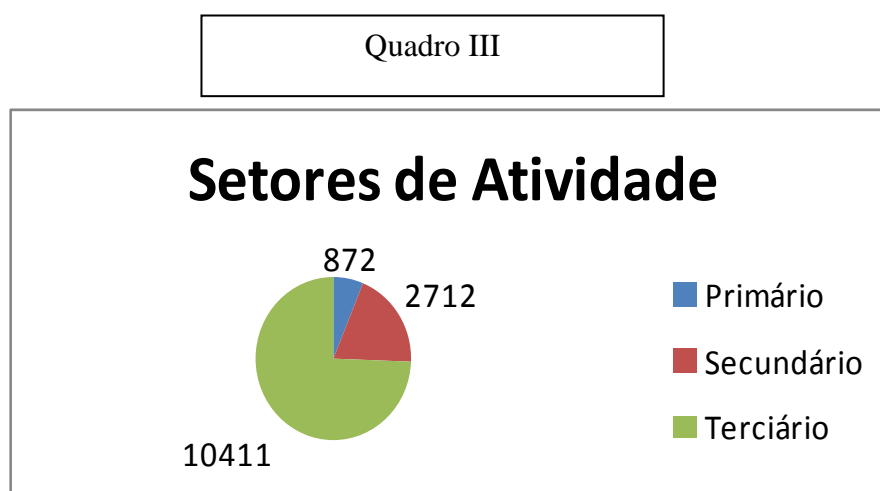
De acordo com estes dados, o concelho a que este Agrupamento de Escolas pertence, apresenta uma situação demográfica deveras preocupante, uma vez que, a população tem vindo a apresentar saldos fisiológicos negativos, motivados pela quebra da natalidade e pelo crescente envelhecimento populacional. A estes indicadores negativos, acrescenta-se a tendência emigratória do concelho. É nas freguesias limítrofes que se encontra um maior despovoamento que se reflete no envelhecimento populacional, na perda de dinamismo económico e no encerramento das escolas do primeiro ciclo do ensino básico com menor número de alunos.

O nível de escolaridade da população concelhia tem melhorado, devido ao investimento efetuado na educação.

Houve uma diminuição da taxa de analfabetismo situando-se, agora, em 7,60%, porém, há ainda um longo caminho a percorrer, visto que, a nível nacional a taxa é de 5,23%.

Os dados também traduzem na população concelhia qualificações abaixo da média nacional. Por isso, é premente promover a formação a nível do ensino secundário, como base de referência para a qualificação dos jovens e adultos, constituindo-se desta forma o patamar mínimo de competências essenciais à moderna economia do conhecimento, mas também elevar a formação da população com baixos índices de escolaridade que assim poderão recuperar, completar e progredir nos estudos.

A estrutura da população ativa reflete nas últimas décadas uma redução considerável do setor primário (agricultura, silvicultura, pecuária...). Destaca-se o setor terciário (comércio e serviços) acompanhado, a alguma distância, pelo setor secundário (indústrias). No quadro III é possível visualizar a distribuição da população pelos diferentes setores de atividade.



São as freguesias urbanas que mais contribuem para o peso crescente do setor terciário.

Quanto à população ativa no concelho, de acordo com os dois últimos censos, diminuiu na última década: no sexo masculino de 52% para 45,3% e de 38% para 34,51% no sexo feminino, sendo estes valores inferiores à média a nível nacional.

No Ensino Secundário regular de prosseguimento de estudos, os cursos Científico Humanísticos:

- Ciências e Tecnologias, nas vertentes Científica e Tecnológica;
- Ciências Socioeconómicas.

No Ensino Secundário Profissional, os cursos:

- Técnico de Manutenção Industrial; Técnico de Processamento do Controlo de Qualidade Alimentar; Técnico de Energias Renováveis; Técnico de Instalações Elétricas; Técnico de Multimédia; Técnico de Comércio e Técnico de Recuperação do Património Edificado.

Na Educação e Formação de Adultos em parceria com o estabelecimento Prisional de Chaves os cursos de EFA Básico e EFA Secundário.

1.5.3 - Alunos

	Alunos
Pré-Escolar	158
1º Ciclo	566
2º Ciclo	382
3º Ciclo	497
Secundário	449
Total	2052

Pré-Escolar	Turmas	Alunos				Total
		3 Anos	4 Anos	5 Anos	6 Anos	
Bustelo	1	3	5	8	0	16
Cimo de Vila	1	2	1	2	0	5
Faiões	1	2	5	0	0	7
Mairos	1	3	5	3	0	11
S. Estêvão	1	2	4	3	0	9
Vila Verde	1	2	4	5	0	11
Santa Cruz/Trindade	5	19	36	44	0	99
TOTAL	11	33	60	65	0	158

1º Ciclo	Turmas	Alunos				Total
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Águas Frias	2	7	6	4	4	21
Bustelo	2	4	9	3	10	26
Cimo de Vila	2	4	8	4	5	21
Mairos	2	3	6	4	5	18
S. Estêvão	2	7	8	6	13	34
Vila Verde	2	8	9	4	8	29
Santa Cruz/Trindade	20	85	108	108	116	417
TOTAL	32	118	154	133	161	566

Escola Básica Nadir Afonso	Turmas	Alunos
5º Ano	8	188
6º Ano	8	174
Orientação Vocacional	1	20
TOTAL	17	382

Secundária Dr. Júlio Martins	Turmas	Alunos
7º Ano	7	146
8º Ano	7	164
9º Ano	6	125
10º Ano	4	96
11º Ano	4	111
12º Ano	5	98
PIEF	1	11
CEF	2	34
Cursos Profissionais	8	144
TOTAL	44	929

Serviços Prisionais	Turmas	Alunos	
		3º Ciclo	Secund.
Cadeia de Chaves	2	17	14
TOTAL	2	17	14

1.5.4. Recursos Humanos

Os recursos humanos no presente ano, em janeiro de 2014 são os seguintes:

Docentes						Não docentes		
Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB e Secundário	Educação Especial	Técnicos especializados	Técnicos Superiores	Assistentes Operacionais	Assistentes técnicos
15	57	50	108	7	30	3 + 1 Psicóloga	59	21 + 1 Coordenador Técnico

2- Missão

O tema aglutinador do Projeto Educativo, assumido em Conselho Pedagógico, para este quadriénio é **“Na diversidade, o sucesso de todos e para todos”**, em que cada aluno deverá encontrar as condições ideais para o seu pleno desenvolvimento e formação como cidadão.

Pretendemos prestar à comunidade um serviço educativo de excelência contribuindo para a formação de cidadãos críticos, intervenientes e conscientes dos seus deveres e direitos, numa escola reconhecida pelo seu humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade em que se valorize o conhecimento, como condição de sucesso no prosseguimento de estudos e de acesso ao mundo do trabalho.

Educar e formar cidadãos com as competências, conhecimentos e valores necessários ao sucesso pessoal e plena integração social e profissional é o desígnio da nossa missão.

2.1. A Escola que Somos - Problemas e Constrangimentos

Dos principais problemas e necessidades existentes, no Agrupamento, destacam-se os seguintes:

- Insucesso e abandono escolar - a escola nem sempre consegue apreender e corresponder às especificidades e necessidades dos alunos, o que resulta muitas vezes em insucesso. O insucesso escolar repetido está na origem do abandono escolar;
- Problemas sociais graves e fraca ligação entre a família e a escola - a relação escola/família tem-se revelado demasiado frágil, faltando-lhe consistência, reciprocidade e confiança. No limiar do século XXI, verificam-se alterações significativas do funcionamento e constituição das famílias;
- Famílias disfuncionais que necessitam da intervenção da escola e de outras instituições que lhes possam proporcionar algum tipo de apoio social e económico;
- Deficiente preparação de alguns alunos em áreas fundamentais como português e matemática em consonância com a falta de hábitos e métodos de trabalho;
- Desmotivação no percurso escolar de muitos alunos que tem origem em fatores diversos tais como: desvalorização do papel da escola e da importância da formação escolar, reduzida autoestima, desajuste entre os currículos, as vivências sociais e culturais dos alunos e pais pouco preparados para o acompanhamento dos filhos;
- Necessidade de consolidar as atividades de enriquecimento curricular e extracurricular de carácter cultural, social, recreativo e desportivo, suscetíveis de promover o interesse e a participação dos alunos;
- Indisciplina que se manifesta na falta de respeito e no incumprimento de regras básicas de educação em todos os espaços escolares, mas também, em alguma permissividade, na sala de aula;

- Insatisfação resultante de vários condicionalismos associados à carreira profissional;
- Participação insuficiente ao nível das estruturas intermédias na articulação entre ciclos, na promoção de tempos e espaços destinados à reflexão e ao diálogo.

2.2. Valores

Todos estes princípios orientadores da ação pedagógica assentam em valores fundamentais, entre os quais se destacam:

- Trabalho e esforço pessoal como fator potencializador do sucesso;
- Inclusão numa perspetiva de aceitação e de valorização da diferença;
- Igualdade de oportunidades, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos de uma forma justa;
- Responsabilização, numa perspetiva de esforços múltiplos para o cumprimento de objetivos partilhados;
- Solidariedade, tendo como base a responsabilidade em relação à comunidade educativa a que pertence;
- Promoção da saúde, adotando medidas conducentes à sua promoção no meio escolar, nomeadamente hábitos alimentares saudáveis, prática regular de desporto, hábitos de higiene e educação sexual;
- Cooperação, desenvolvendo técnicas de ajuda e de comunicação;
- Liberdade e sentido de justiça, respeitando a autonomia de si próprio e do outro;
- Respeito mútuo, fomentando a tolerância e a compreensão como aspetos fundamentais e indissociáveis das interações estabelecidas na comunidade escolar.

2.3 – Áreas de Intervenção Prioritária

2.3.1 – Promoção do Sucesso Educativo

- Identificar, o mais precocemente possível, problemáticas que podem configurar diversos tipos de necessidades, as quais se manifestam num grande número de crianças com risco de insucesso escolar;
- Garantir aos alunos uma maior qualidade nas respostas educativas, equacionadas no âmbito de uma gestão mais flexível do currículo por parte do professor, permitindo aos alunos uma efetiva inclusão na escola e no meio;
- Disponibilizar ofertas de escola nas áreas de teatro, música e outras de acordo com a sensibilidade dos alunos;

- Consolidar a experiência pedagógica estabelecida com a Academia de Artes de Chaves no ensino da música nos ensinos básico e secundário;
- Incentivar a criação de equipas de trabalho multidisciplinares que implementem metodologias que favoreçam e promovam a aprendizagem e adequem medidas educativas diferenciadas aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Garantir e dinamizar diferentes tipos de apoio educativo nomeadamente nas disciplinas com maior insucesso: assessorias, tutorias, coadjuvações, aulas de apoio pedagógico às disciplinas de português e matemática, sala de estudo organizada e planificada pelos conselhos de turma, trabalho dirigido em sala de informática, participação em clubes;
- Promover o ensino diferenciado, a aprendizagem cooperativa, as aprendizagens ativas através da experimentação e da reflexão sobre a prática, a avaliação contínua e diferenciada;
- Proporcionar o apoio socioeducativo e psicológico, no sentido de uma escola inclusiva;
- Valorizar o ensino experimental das ciências em todos os níveis de ensino;
- Alargar as competências dos alunos nas disciplinas de português e matemática;
- Organizar um plano de trabalho no âmbito do português língua não materna;
- Incentivar a curiosidade e o interesse pelo saber através da promoção e dinamização de concursos que fomentem o gosto pelas diferentes áreas do conhecimento;
- Rentabilizar a Biblioteca Escolar como um importante elemento democratizador que contribui para a compensação educativa das desigualdades sociais, permitindo e ensinando o acesso à informação e à cultura;
- Criar leitores polivalentes que sejam capazes de descodificar e selecionar a informação seja qual for o suporte em que se encontre;
- Promover as várias literacias como um pilar básico do processo educativo, definindo estratégias que conduzam à planificação de atividades relacionadas com a leitura, a pesquisa da informação e os média, envolvendo docentes e alunos de todos os níveis de ensino;
- Implantar o gosto pela divulgação dos trabalhos através de exposições e da utilização dos recursos informáticos nos diferentes estabelecimentos de ensino;
- Responsabilizar os alunos e exigir o cumprimento dos seus deveres;
- Premiar e reconhecer o interesse, o esforço e o trabalho;
- Organizar e implementar um sistema de ocupação dos alunos durante o horário escolar;
- Aferir estratégias e procedimentos comuns na avaliação dos alunos ao nível dos projetos de turma, das áreas disciplinares e dos departamentos curriculares;

- Incentivar o trabalho em equipa entre professores e a partilha de materiais;
- Garantir que se efetive uma gestão partilhada com todos os intervenientes da comunidade educativa sobre regras de atuação e de trabalho da escola;
- Elaborar um Plano Anual de Atividades articulado, quer entre ciclos quer entre as diversas áreas do currículo.

2.3.2 – Valorização das Diferentes Vias de Ensino

- Destacar os cursos orientados para o prosseguimento de estudos e promover a diversificação das ofertas escolares;
- Evidenciar as vias profissionais de ensino, rentabilizando os recursos materiais e humanos existentes afetos às áreas tradicionalmente oferecidas pela escola;
- Promover a abertura de novas áreas profissionais, de acordo com as exigências das dinâmicas locais

2.3.3 - Prevenção do Abandono Escolar

- Melhorar o contacto com as instituições que possam realizar intervenção nas famílias mais vulneráveis a este tipo de situações;
- Enriquecer a mediação entre a escola e instituições especializadas em casos julgados necessários, nomeadamente a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, Escola Segura e Ministério público;
- Promover a autoestima e o alargamento das expectativas escolares dos alunos;
- Reforçar o apoio ao trabalho dos Diretores de Turma;
- Envolver os pais e encarregados de educação dos alunos com maiores dificuldades de integração na vida escolar;
- Valorizar e generalizar a figura do professor tutor;
- Diversificar as ofertas escolares;
- Desenvolver planos de transição para a vida ativa de jovens com necessidades educativas especiais;
- Sensibilizar os alunos para a necessidade de se informarem sobre os percursos escolares e profissionais possíveis, com vista ao prosseguimento de estudos e inserção na vida ativa;
- Consciencializar os alunos e respetivos encarregados de educação da implicação que as aprendizagens realizadas na escola têm na sua vida futura.

2.3.4 - Participação, Cultura e Imagem da Escola

- Potenciar uma imagem de qualidade da escola de forma a motivar os alunos para a sua permanência no agrupamento até ao final da escolaridade;
- Incentivar a participação dos diferentes membros da comunidade na vida escolar, desenvolvendo o sentido de pertença e ativando os mecanismos de projeção da sua imagem de qualidade;
- Apoiar o funcionamento da Associação de Estudantes;
- Melhorar as relações interpessoais, de modo a salvaguardar um ambiente favorável à participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar;
- Desenvolver contactos para que se possam efetivar parcerias com instituições particulares de solidariedade social e com centros de recursos especializados visando, entre outros fins, a avaliação especializada, a execução de atividades de enriquecimento curricular, o ensino do Braille, o treino visual, a orientação, mobilidade e terapias, o desenvolvimento de ações de apoio à família, a transição da escola para o emprego, bem como a preparação para a integração em centros de atividades ocupacionais;
- Realizar um trabalho pedagógico de modo a desenvolver os valores de preservação ambiental, de promoção da saúde, de prevenção dos comportamentos de risco, de conhecimento e respeito pela sexualidade humana, de combate à violência e promoção da segurança;
- Promover a organização regular de iniciativas que proporcionem o contacto, a reflexão e a participação dos alunos em atividades e situações conducentes à consciencialização dos direitos e deveres de cidadania;
- Reconhecer, incentivar e valorizar os alunos cujo rendimento escolar, atitudes e comportamento meritórios sejam dignos de servir de exemplo aos outros;
- Sensibilizar para a necessidade de preservação e respeito pelo património e por todos os equipamentos;
- Propiciar as condições adequadas à criação de atividades e projetos que reforcem a identidade do Agrupamento;
- Garantir e promover a participação dos alunos na vida da escola através da dinamização de Assembleias de Delegados de Turma;
- Melhorar e aprofundar o trabalho pedagógico com os delegados de turma, de modo a que contribuam para uma maior e melhor participação na aplicação de medidas reguladoras de comportamentos e na gestão de conflitos;
- Proporcionar um clima cordial e amigável que convide os pais e encarregados de educação a virem à escola e os incentive a contactarem mais ativamente com as atividades desenvolvidas pelos seus educandos;

- Criar um maior número de oportunidades de relacionamento e convivência entre a comunidade escolar, através da participação em atividades desportivas e recreativas, convívios relacionados com datas festivas ou outras (Natal, Início de Ano Letivo, Dia da Escola”, etc...);
- Garantir condições para uma participação efetiva dos encarregados de educação nos órgãos de gestão escolar;
- Incentivar a eleição e participação efetiva dos pais e encarregados de educação em todas as estruturas de representação previstas;
- Evidenciar o papel da Associação de Pais e Encarregados de Educação na construção de uma escola pública de qualidade, atenta à realidade que a condiciona e define, capaz de responder eficazmente às necessidades de formação e educação dos seus alunos.

2.3.5 - Valorização da Saúde

- Criar hábitos tendentes a melhorar o nível de saúde da população escolar e da comunidade;
- Desenvolver nas crianças e jovens competências que lhes permitam participar responsabilmente na vida social, adotando estilos de vida saudáveis.

2.3.6 - Promoção do Desporto Escolar

- Apoiar os núcleos de desporto escolar existentes na escola através de intercâmbios com escolas próximas e dinamizar novos núcleos;
- Desenvolver o desporto escolar de uma forma articulada com o horário dos alunos.

2.3.7 - Estimulação da Utilização dos Recursos Informáticos

- Desenvolver competências no domínio das TIC que permitam aos elementos deste agrupamento o exercício pleno da sua cidadania, através de uma eficiente circulação da informação, organizando-se e dinamizando os meios existentes e desenvolvendo outros, nomeadamente, um Jornal Escolar em suporte de papel e digital, Website, plataforma digital, exposições, divulgação de notícias nos órgãos de comunicação locais, etc...
- Estimular o desenvolvimento de estratégias pedagógicas promotoras de metodologias inovadoras;
- Promover atitudes de maior abertura ao uso das TIC por parte da Comunidade Escolar;
- Dinamizar a integração, ao nível do Projeto Educativo, do Projeto Curricular, do Plano Anual de Atividades, de um Plano TIC transversal;
- Potenciar o uso da informática por parte dos alunos como ferramenta de trabalho no processo de ensino/aprendizagem;
- Utilizar a plataforma Moodle e Weduc, a página Web da escola e o email oficial como pilares da comunicação entre os diversos elementos da comunidade educativa;

- Promover a partilha de experiências através da valorização e divulgação na Internet dos trabalhos dos alunos;
- Desenvolver novos processos de aquisição e integração de saberes na sala de aula.

2.3.8 – Organização Escolar

No Plano de Estudos e Desenvolvimento do Currículo do Agrupamento são explicitadas a Organização do Agrupamento; as Opções Organizativas e os Planos de Estudo/Estrutura Curricular; a avaliação das aprendizagens; as estratégias educativas; as respostas educativas e as propostas de elaboração do plano de atividades turma/grupo, competindo ao Conselho Pedagógico rever, deliberar e aprovar, a operacionalização e concretização dos princípios orientadores nestas matérias tendo em atenção os normativos emanados anualmente.

2.3.8.1- Critérios na distribuição do serviço de docentes

A distribuição de serviço docente assenta na defesa da qualidade de ensino, tendo em vista o efetivo cumprimento do currículo e dos programas de cada disciplina de acordo com as reais necessidades dos alunos.

Pretende-se a implementação de soluções organizativas baseadas na continuidade, equidade, equilíbrio e eficiência, como pilares estruturais na distribuição do serviço docente.

2.3.8.2- Critérios na constituição de turmas

No exercício da prática diária da nossa escola são salvaguardados valores como a igualdade de oportunidades e o acesso universal, numa “escola de todos e para todos” pelo que a constituição das turmas se rege por critérios de heterogeneidade, equidade e inclusão para todos os níveis de ensino:

- No pré-escolar a composição etária do grupo deve depender de uma opção pedagógica, tendo em conta os benefícios que podem advir de um grupo com idades próximas ou diversas.
- No 1.º ciclo, deve atender-se, sempre que possível, constituir turmas com um só ano de escolaridade; manutenção, sempre que possível, dos alunos oriundos do mesmo grupo / jardim-de-infância, na mesma turma; manutenção de irmãos a frequentar o mesmo ano de escolaridade na mesma turma; distribuição equilibrada dos alunos retidos e dos alunos vindos de outros países, de forma a potenciar a implementação de medidas organizativas de diferenciação pedagógica.
- No início de cada ciclo as turmas são constituídas por alunos provenientes de diferentes grupos, dando especial atenção à continuidade.
- Na transição para o 2º ciclo deve atender-se ao equilíbrio na distribuição dos alunos oriundos de uma mesma escola, evitando o isolamento de alunos.

- Nos anos sequenciais deve ser garantida a continuidade do grupo/turma. Este princípio pode ser equacionado e contornado perante situações devidamente identificadas e fundamentadas, como casos de integração difícil, questões comportamentais e pedidos expressos formulados pelos encarregados de educação.
- No sentido de encontrar soluções ativas para alunos que evidenciam notórias dificuldades de aprendizagem, podem se formados (em disciplinas estruturantes) grupos homogêneos em termos do desempenho escolar, como estratégia de superação de dificuldades.

3 – Objetivos Estratégicos, Metas e Indicadores

3.1 - Melhorar o Sucesso Escolar dos Alunos

- Consciencializar os alunos para a necessidade de terem atitudes de esforço, atenção e disciplina, de melhorarem a sua participação no esforço coletivo da comunidade;
- Valorizar de igual forma todas as ofertas educativas do agrupamento tendo em consideração o prosseguimento de estudos, as saídas profissionais e os interesses dos alunos, promovendo a diversificação das ofertas escolares;
- Identificar, o mais precocemente possível, problemáticas que podem configurar diversos tipos de necessidades educativas, as quais se manifestam num grande número de alunos em risco de insucesso, envolvendo os serviços especializados de apoio educativo de forma a tratar/acompanhar os casos diferenciados;
- Reformular e reforçar os apoios e os projetos que visam o acompanhamento e orientação dos alunos: apoio pedagógico, sala de estudo, sala de estudo dirigido, ocupação de tempos livres através da dinamização de clubes temáticos e desporto, serviços de psicologia e orientação e equipas especializadas dos apoios educativos.

Metas:

Aumento em 5%, num período de quatro anos, dos níveis de rendimento/sucesso escolar dos alunos;

Manutenção e/ou superação no 4º, 6º e 9º anos da média dos resultados do exame de português e atingir e/ou superar a média nacional nas provas finais de matemática do 3º ciclo do ensino básico, num prazo de quatro anos;

Aumento em 9%, num período de quatro anos, dos níveis de rendimento/sucesso escolar dos alunos, nas várias disciplinas do 10º ano de escolaridade;

Alcance e/ou superação das médias nacionais verificadas nas disciplinas

sujeitas a exame nacional no ensino secundário, num prazo de quatro anos.

Indicadores:

Taxa de sucesso por anos de escolaridade/cursos;

Avaliações internas;

Avaliações externas.

3.2 - Promover um Ambiente Educativo de Qualidade

- Desenvolver tempos e espaços de reflexão concertada;
- Definir padrões de qualidade educativa (pais, gestão, professores, estruturas intermédias, associação de estudantes, parcerias...);
- Valorizar a integração educativa e a formação pessoal e social das crianças, jovens e adultos;
- Diversificar os interesses culturais e pessoais dos alunos, através de uma pedagogia diferenciada e da aplicação de medidas de socialização e integração;
- Promover a inclusão escolar, cultural e social de alunos oriundos de países estrangeiros e/ou descendentes de imigrantes;
- Envolver os pais e encarregados de educação na vida da escola: promover a sua corresponsabilização, valorizando os seus saberes e contributos, envolvendo-os nos processos de literacia e nas tarefas educativas em geral.

Metas:

Combate ao abandono escolar dos alunos, alertando, sempre que necessário, as autoridades competentes e reduzir em 5% o abandono escolar num período quatro anos;

Incremento em 5%, até 2017, no número de alunos inscritos nos cursos de educação formação e no ensino secundário profissionalizante e garantir uma taxa de conclusão de pelo menos 65%;

Aumento em 15%, até 2017, do rendimento/sucesso escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, promovendo experiências de vida diversificadas, uma maior socialização e autonomia;

Garantia da continuidade de 90% dos alunos matriculados no agrupamento;

Implicação dos pais e/ou encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos de forma a garantir o contacto de todos os

encarregados de educação com a escola, pelo menos uma vez por período;

Alargamento da participação de alunos e EE nos órgãos associativos e representativos da comunidade escolar, de forma a alcançar um firme compromisso com o sucesso educativo;

Aumento em 5% do número de requisições domiciliárias dos diferentes livros existentes na Biblioteca/CRE;

Acréscimo em 5% do número de praticantes das diferentes modalidades do Desporto Escolar;

Educação para a cidadania nas suas vertentes interpessoal, cultural e de respeito pelos espaços e bens comuns, bem como uma efetiva educação sexual nas suas diferentes dimensões, a todos os alunos do agrupamento;

Aumento dos índices de participação dos diferentes setores da comunidade educativa em eventos cuja finalidade seja o reforço das relações interpessoais de cordialidade, respeito mútuo, tolerância e sociabilidade.

Indicadores:

Grau de envolvimento da Comunidade Escolar nas atividades do Agrupamento;

Taxa de abandono dos alunos inscritos nos cursos de educação e formação e secundário profissionalizante;

Taxa de sucesso educativo dos alunos enquadrados na Educação Especial;

Número de presenças e contactos do EE com o TT/DT;

Grau de satisfação dos alunos/famílias;

Taxa de participação nos órgãos associativos e representativos da escola;

Percentagem de utilização dos recursos das BE;

Taxa de participação nas modalidades do Desporto Escolar.

3.3 - Melhorar as Condições de Trabalho e Serviços nos Espaços Escolares

- Proporcionar igualdade de oportunidades para todos;

- Garantir padrões de segurança e qualidade aos intervenientes no processo educativo;

- Implementar medidas e iniciativas de segurança no meio escolar, em particular, para os alunos com NEE;

- Fazer o levantamento das necessidades existentes nas diversas unidades orgânicas do Agrupamento;
- Implicar o Ministério da Educação, a Autarquia, as Juntas de Freguesia e outras entidades na procura de soluções para os espaços escolares da sua responsabilidade;
- Gerir adequadamente os materiais/espaços entre e nas escolas do Agrupamento;
- Atualizar com regularidade o Plano de Emergência das escolas do Agrupamento;
- Proporcionar cantinas e bufetes em sintonia com os princípios de uma alimentação saudável.

Metas:

Manutenção do Plano de Segurança atualizado e operacional;

Realização de um exercício de simulação/simulacro (sismo e/ou incêndio), por ano escolar, de forma a possibilitar um maior conhecimento do Plano de Emergência;

Manutenção da boa qualidade dos espaços escolares já requalificados e melhoria contínua dos restantes;

Manutenção permanente das condições de higiene indispensáveis ao bom funcionamento do serviço educativo;

Otimização do consumo de água e de eletricidade, sem afetar a qualidade e o conforto dos utentes e encaminhar, pelo menos, dois terços do papel inutilizado para reciclagem;

Aumento da qualidade das refeições, bem como do número de utentes das cantinas.

Indicadores:

Estado de conservação e higiene das instalações e equipamentos;

Grau de satisfação na utilização da cantina e bufete.

3.4 - Promover uma Cultura de Cooperação e Trabalho de Equipa

- Promover a melhoria das relações interpessoais;
- Dinamizar a articulação vertical entre áreas/grupos disciplinares;
- Valorizar a articulação horizontal entre as estruturas intermédias do Agrupamento, favorecendo o intercâmbio e a divulgação de experiências pedagógicas;

- Melhorar os circuitos de comunicação na comunidade escolar;
- Uniformizar documentos pedagógicos e administrativos de referência, garantindo a sua utilização partilhada;
- Reforçar a implementação das tecnologias nas escolas do Agrupamento;
- Aumentar a divulgação das atividades realizadas ou a realizar, através da publicitação na página eletrónica do Agrupamento;
- Valorizar o voluntariado em diversas áreas do Agrupamento, a nível docente e não docente.

Metas:

Aumento em 5% da publicação e partilha de documentos, através da plataforma Moodle e Weduc;

Utilização uniforme de documentos e procedimentos administrativos;

Envolvimento da comunidade escolar, de forma a aumentar em 5% a participação na vida do Agrupamento;

Aumento em 5% do número de publicações sobre atividades realizadas no jornal *online* do Agrupamento;

Aumento em 5% de ações de voluntariado na comunidade escolar.

Indicadores:

Grau de satisfação e eficácia da ação das estruturas educativas;

Taxa de utilização do *Moodle* e *Weduc*;

Número de artigos publicados no jornal online do Agrupamento;

Grau de satisfação dos utentes;

Número de ações de voluntariado.

3.5 - Implementar uma Política de Formação do Pessoal Docente e Não Docente

- Diagnosticar as necessidades de formação;
- Potenciar os recursos humanos internos das escolas na produção de respostas formativas que vão ao encontro das necessidades de formação identificadas;

- Contribuir para a bolsa de formadores internos do Centro de Formação da Associação de Escolas do Alto Tâmega e Barroso (CFAEATB), através de docentes creditados pelo Conselho Científico da Formação Contínua;
- Integrar no Plano de Ação do CFAEATB, ações de formação contínua a serem implementadas neste Agrupamento;
- Aproveitar o trabalho cooperativo que se realiza de uma forma sistemática e contínua, bem como a formação promovida pelas estruturas do MEC para serem convertidas em ações de formação creditadas, desde que reúnam as condições prescritas no regime jurídico da formação contínua de professores.

Metas:

- Fomento do desenvolvimento profissional dos assistentes, através da identificação de necessidades de formação;
- Reforço de formação nas áreas prioritárias;
- Aumento de 2% da formação acreditada ao pessoal docente e não docente;
- Aumento de 5% da formação específica ao pessoal docente e não docente.

Indicadores:

- Grau de concretização do Plano de Formação do Agrupamento;
- Grau de satisfação na aplicação prática da formação realizada.

3.6 - Desenvolver uma Política de Cooperação com os Parceiros e Estabelecer Parcerias

- Reforçar a cooperação com as estruturas dos Ministérios da Educação e Ciência e da Justiça;
- Aumentar a cooperação com a Câmara Municipal de Chaves e outras instituições locais e regionais (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, G.N.R., P.S.P. Escola Segura);
- Cimentar a cooperação com os parceiros estratégicos;
- Desenvolver a cooperação com o Centro de Formação da Associação de Escolas do Alto Tâmega e Barroso.

Metas:

- Desenvolvimento das relações de colaboração com o mundo do trabalho, de forma a permitir, por um lado, um melhor conhecimento da realidade empresarial e laboral e, por outro, responder às suas necessidades;

Estabelecimento de uma relação de cooperação diretor/pessoal docente e não docente com vista ao sucesso do projeto educativo;

Aumento em 5% dos projetos de parcerias.

Indicadores:

Diversidade de parcerias e resultados dessa cooperação;

Grau de participação em atividades e iniciativas conjuntas.

4- Avaliação

Compete ao Conselho Geral “aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução”.

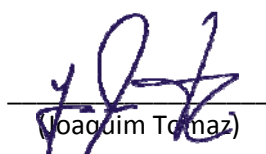
Sendo um referencial fundamental do Agrupamento enquanto Comunidade Educativa, deve ser assumido e implementado por todos os seus membros.

A avaliação do Projeto Educativo implica a análise global do funcionamento do Agrupamento e o cumprimento dos objetivos/metapas nele enunciados.

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins
Avenida 5 de Outubro
5400 - 017 Chaves
Telf. 276 333 482 Fax: 276 332 311
<http://www.aejm.pt>
mail: agrupamento@aejm.pt

Aprovado em Conselho Pedagógico de 22 de maio de 2014.

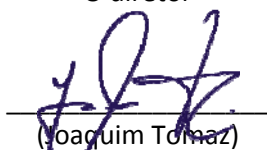
O Presidente do Conselho Pedagógico


(Joaquim Tomaz)

De acordo com o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho na sua alínea c) do artigo 13º, e após aprovação do Conselho Pedagógico, em reunião do dia 22 de maio, o Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, submete o presente Plano para aprovação do Conselho Geral.

Aprovado em Conselho Geral de 15 de julho de 2014

O diretor


(Joaquim Tomaz)

O Presidente do Conselho Geral



(Armando Martinho)

Retificado em Conselho Geral de 24 de novembro de 2015

O diretor


(Joaquim Tomaz)

O Presidente do Conselho Geral


(Armando Martinho)